


A CONSOLIDAÇÃO DAS FAVELAS CARIOCAS E AS DISPUTAS PELOS IMAGINÁRIOS DA CIDADE

THE CONSOLIDATION OF RIO DE JANEIRO'S FAVELAS AND THE DISPUTES OVER THE CITY'S IMAGINARIES

Miguel Bustamante Fernandes Nazareth*

 <https://orcid.org/0000-0003-4884-2701>

Correspondência: mgbustamante@gmail.com

Centro de Estudos da Favela (CEFAVELA), São Paulo, Brasil.

DOI: 10.12957/cdf.2026.96254

Recebido em: 21 jan. 2026 | Aceito em: 22 abr. 2026

RESUMO

A proposta deste trabalho é investigar a favela como fenômeno da linguagem espacial carioca, mas dedicando especial atenção às relações entre as formas de representar a favela e de imaginar a cidade. A partir de uma reorientação fenomenológica do conceito de apropriação do espaço, procuramos investigar estas relações considerando as subjetividades e intencionalidades dos diversos sujeitos que percebem a cidade. Os significados da palavra favela foram e são disputados por diferentes grupos sociais que disseminam imaginários divergentes para o futuro do Rio de Janeiro. Assim, ao invés de entender a consolidação como evento histórico pontual, determinado unicamente pela reorientação das políticas públicas após 1980, seguimos a pista de buscar os sujeitos envolvidos nestas disputas imaginárias de projetos urbanos para o Rio de Janeiro. Nesse contexto, a consolidação se apresenta como um desafio atual, na medida em que envolve as lutas pelo reconhecimento da diversidade de ontologias da cidade. Enfim, busca-se contribuir aos debates sobre os conflitos entre imaginários plurais de cidades e outras perspectivas que reinventam formas de reduzi-las a uma única epistemologia do progresso

Palavras-chave: favela; imaginário urbano; consolidação das favelas; apropriação do espaço; Rio de Janeiro.

ABSTRACT

This work aims to investigate the favela as a phenomenon of Rio de Janeiro's spatial language, paying special attention to the relationships between ways of representing the favela and imagining the city. Through a phenomenological reorientation on the concept of space appropriation, we seek to investigate these connections considering the subjectivities and intentions of the diverse individuals who perceive the city. The meanings of the word favela have been and are contested by different social groups that

*Este artigo foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2025/17872-8.



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons BY 4.0, que permite uso, distribuição e reprodução para fins não comerciais, com a citação dos autores e da fonte original e sob a mesma licença.

disseminate divergent imaginaries for Rio's future. Hence, instead of understanding consolidation as a punctual historical event, determined solely by the reorientation of public policies after 1980, we seek out the subjects involved in these imaginary disputes over urban projects for Rio de Janeiro. In this context, consolidation presents itself as a present-day challenge, because it involves struggles for the recognition of the diversity of ontologies of the city. Finally, this work aims to contribute to the debates about conflicts between plural imaginaries of the city and other perspectives that reinvent ways of reducing them to a single epistemology of progress.

Keywords: favela; urban imaginary; consolidation of the favelas; appropriation of space; Rio de Janeiro.

1 INTRODUÇÃO

A proposta deste trabalho é investigar a favela como fenômeno da linguagem espacial carioca, mas dedicando especial atenção às relações entre as formas de representar a favela e de imaginar a cidade. A partir de uma reorientação fenomenológica do conceito de apropriação do espaço (Nazareth, 2024, p. 23-43), procuramos investigar estas relações considerando as subjetividades e intencionalidades dos diversos sujeitos que percebem a cidade. Afinal, os significados da favela foram e são disputados por diferentes grupos sociais que constroem diferentes sentidos de futuro para o Rio de Janeiro.

Assim, ao invés de considerar a consolidação das favelas como evento histórico determinado unicamente pela reorientação das políticas públicas, seguimos a pista de buscar os sujeitos envolvidos nas disputas imaginárias do futuro do Rio de Janeiro. A consolidação transpõe o campo do pensamento e das ações, na medida em que diferentes formas de pensar a favela se articulam com diferentes propostas para a cidade. Mas, como se dão estas relações entre as representações da favela e os imaginários da cidade? Seria possível investigar a consolidação a partir do embate entre representações que se pautam em imaginários do Rio de Janeiro com ou sem favelas?

2 FAVELA COMO FENÔMENO DA LINGUAGEM ESPACIAL CARIOCA

As categorias espaciais empregadas em uma sociedade surgem da necessidade de compartilhar significações que movimentam a apropriação do espaço. Elas nos permitem nomear espacialidades, transpor e comunicar significados e nos ajudam a interpretar e

produzir o espaço. A casa e a rua, por exemplo, podem ser entendidas como categorias espaciais que situam as dinâmicas sociais do urbano a partir das significações do público e do privado (Da Matta, 1981; Vogel, 1981). Elas são como metáforas que distinguem essas duas esferas da apropriação que são paradigmáticas em nossa sociedade, mas que não são estáticas, pois são manipuladas e invertidas em relações sintagmáticas, ou seja, de acordo com os diferentes contextos que se apresentam aos cidadãos (Garcia, 1976, p. 102-127).

A cidade, a favela, o bairro, a comunidade e outras tantas categorias espaciais são utilizadas no universo urbano carioca indicando significações estruturais, mas também são manipuladas cotidianamente, permitindo uma grande diversidade de significados. Entendendo a favela como fenômeno da linguagem espacial, podemos investigar como esta categoria se insere historicamente na apropriação do espaço urbano carioca. Isto é, podemos avaliar quais são os paradigmas sociais que conformam suas significações e quais são os significados que são produzidos nas diferentes conjunturas políticas que se apresentaram ao longo da história da cidade.

O sentido da palavra favela está sempre relacionado com a noção que se tem de cidade (Burgos, 2009, p. 52). Maria Lais Pereira da Silva (2005, p. 9) ressalta que o debate sobre o que é a favela e o que ela significa para a cidade extrapola o mundo acadêmico e mobiliza diferentes opiniões que polarizam o tema. A noção de favela varia de acordo com quem, como e para que se apropria a cidade. Favela é cidade, mas é também uma certa parte da cidade que é percebida por sujeitos intencionais. Nesse sentido, Zylberberg (1992, p. 57) faz importante observação: os “significados [da favela] variariam de acordo com a época e com o grupo social que os criavam”.

Ao situar historicamente o mito de origem da favela, Licia Valladares (2005, p. 28-36) nos permite argumentar que a palavra se apresenta como fenômeno espacial da jovem República brasileira. Nas primeiras décadas do século XX, ela mobiliza significações relacionadas às formas como a modernidade foi experienciada pelos diferentes grupos sociais da cidade. Assim como a cidade, a favela é vivida e interpretada de diferentes maneiras por cada indivíduo de acordo com seus valores, sua situação atual e suas perspectivas de futuro. Os olhares externos costumavam retratá-las como mundo do atraso ou da barbárie, revelando projetos de modernidade dos quais as favelas não faziam parte. Mas, em outros olhares, transparecem as dimensões de identidades compartilhadas, de afetos que geram sentimentos de pertencimento de mundo, da adesão

a coletividades que constroem futuros possíveis – o que fica muito evidente nas letras dos sambas cariocas.

Diferentes narrativas representam a favela como territórios da pobreza e de lutas, ambientes da marginalidade e da solidariedade, mundos do crime e da cultura popular, paisagens de tristezas e de encantos, de acordo com as vivências de cada indivíduo. Portanto, ao invés de buscar uma definição verdadeira de favela, podemos compreender esta categoria como um dispositivo simbólico que mobiliza diferentes significados de cidade e permite uma pluralidade de interpretações do fenômeno urbano carioca. A favela, no singular, é um fenômeno aberto, em disputa e em transformação, e que traduz significados diversos de acordo com os futuros imaginados para o Rio de Janeiro.

3 A CONSOLIDAÇÃO COMO DISPUTA PELOS IMAGINÁRIOS DA CIDADE

A favela se estabelece como fenômeno social nominado a partir da década de 1920 e o discurso hegemônico dos poderes públicos foi, durante décadas, de oposição entre favela e cidade. Mais de cem anos depois, hoje é praticamente impossível representar a cidade do Rio de Janeiro sem suas favelas. Elas apareceram nos filmes promocionais da Copa do Mundo de 2014, na cerimônia de abertura das Olimpíadas de 2016 e, desde 2019, o festival de música Rock in Rio possui um palco chamado Espaço Favela.

Alguns autores afirmam que "a favela venceu" (Zaluar; Alvito, 2006, p. 21) porque, a partir dos anos 1980, a nova conjuntura política favoreceu a permanência das favelas na cidade. Porém, muitas contradições persistem e as ações dos poderes públicos continuam a violar os direitos dos favelados. Como colocou Maurício de Abreu (1994, p. 44) trinta anos atrás, diversos deslocamentos tornaram irreversível a permanência da favela na cidade, mas sua inserção no cenário urbano continua a ser complexa e controversa.

No ambiente acadêmico, a consolidação das favelas é em geral compreendida como uma vitória que se deu a partir de negociações e lutas dos movimentos favelados com os poderes públicos. Ela é considerada como a história que descreve os deslocamentos políticos que culminaram na inviabilidade dos programas de erradicação das favelas. Muitas pesquisas revelam que os períodos de democracia foram favoráveis para o avanço da segurança de permanência das favelas na cidade (Gonçalves, 2013;

Valladares, 2005; Martins; Brum, 2021). E outros fatores também fazem parte dessa história, como a luta dos movimentos favelados, o clientelismo político e a reorientação das agendas de agências multilaterais, que passaram a financiar projetos de urbanização. A urbanização e a regularização se tornaram política pública e houve mudança na materialidade das favelas cariocas, já que elas hoje são constituídas principalmente por casas de alvenaria e são servidas ao menos parcialmente pelos serviços públicos.

Entretanto, a consolidação é muitas vezes considerada uma vitória que está tensionada com a continuidade da luta dos favelados. Atualmente, existem intervenções violentas no âmbito da segurança pública e ações de remoção que servem a projetos excludentes de cidade. Luiz Antônio Machado da Silva (2002, p. 223-224), por exemplo, afirma que a favela venceu porque consolidou sua permanência, mas essa vitória ocorreu às custas da continuidade da luta dos favelados. E Gizele Martins e Mario Brum (2021, p. 221), Alba Zaluar e Marcos Alvito (2006, p. 21), também apresentam a “vitória das favelas”, mas apontam os desafios ao avanço da cidadania em um contexto marcado por guerras entre traficantes e policiais.

Os programas de erradicação podem ter sido extintos, mas as remoções arbitrárias nunca cessaram. As ações de urbanização e remoção são atualmente articuladas com outras políticas setoriais em estratégias de governança da cidade. Ricarda Tavares (2016), por exemplo, analisa a lógica de planejamento estratégico que articula as políticas de segurança pública e urbanização de favelas. E Azevedo e Faulhaber (2015) revelam que projetos de urbanização e mobilidade desenharam remoções e reassentamentos em áreas estratégicas para viabilizar o plano neoliberal da cidade olímpica. Nos anos de preparação da cidade para os Megaeventos foram inúmeros os casos de violação dos direitos humanos, principalmente em favelas que estavam próximas aos circuitos hoteleiro e turístico da cidade ou nas vizinhanças dos equipamentos esportivos projetados (Comitê Popular Rio, 2013).

Talvez, os debates que engajaram a sociedade carioca e dividiram-na entre as soluções da urbanização e da remoção sejam responsáveis pela concepção de que um lado venceu o outro. Segundo Carlos Nelson Ferreira dos Santos (2017 [1975], p. 159), esses debates viraram “moda” na década de 1970 e opunham dois lados que empregavam argumentos técnicos diferentes para embasar a inviabilidade das propostas de seus adversários. No entanto, a opressão e a concessão sempre fizeram parte de um jogo de relações ambíguas entre os poderes públicos e as favelas. Afinal, como coloca Carlos Nelson (Santos, 2017 [1984], p. 47), “remover ou urbanizar favelas não são alternativas

antagônicas ou excludentes”. E podemos argumentar que ambas podem se apoiar em representações semelhantes que assumem a favela como problema da cidade.

Nas análises urbanas das décadas de 1970 e 1980, era comum que se reforçasse a ideia de que uma cidade sem desigualdade é uma cidade sem favelas. Lucien Parisse (1969, p. 213), por exemplo, sugere integrar as favelas no planejamento urbano e argumenta que “‘acabar com a favela’ resultará [...] da aceleração do processo de promoção humana”. Carlos Nelson (Santos, 2017 [1984], p. 46) também afirma que outros pesquisadores de seu tempo acreditavam que quando houvesse “condições de eliminar as injustiças” a favela deixaria de existir. Como está implícito nesse argumento a associação entre favela e precariedade de direitos, imagina-se que um desenvolvimento urbano humanista acabaria com as diferenças entre as favelas e o restante da cidade.

Nos anos 2000, a forma mais comum de compreensão da favela continua sendo como representação da desigualdade da cidade. Analisando a literatura sobre a favela produzida no final do século XX, Valladares (2005) sustenta que a maior parte das pesquisas compartilha um estereótipo da favela que não se sustenta frente à diversidade físico-urbanística e socioeconômica observada empiricamente: “a palavra favela unifica situações com características muito diferentes nos planos geográfico, demográfico, urbanístico e social” (Valladares, 2005, p. 152). Para a autora, a imagem hegemônica da favela seria a de uma realidade específica e uniforme, o espaço geográfico dos pobres urbanos. Como apontam Jailson Souza e Silva e Jorge Luiz Barbosa (2005, p. 3), “o eixo da representação da favela é a noção de ausência”, pois ela é principalmente definida por tudo o que ela não tem.

Em discursos formais e informais sobre a cidade, nas narrativas dos jornais, dos poderes públicos e em conversas cotidianas, as propostas para “acabar” com a favela são frequentes até hoje. Atualmente, é muito comum que a favela seja percebida somente como sub-habitação, como em Freire (2021), que argumenta que “acabar” com a favela significa garantir moradias dignas para a população. Em outros casos, as favelas são resumidas a territórios de exceção e “acabar” com a favela significaria garantir direitos aos moradores. Se as favelas são vistas somente como áreas de risco, dano ambiental, territórios de ilegalidade e violência, remover as pessoas da favela significa dar condições de vida dignas para a população e trazer de volta a ordem urbana e democrática.

Nesse contexto, acredito que seja conveniente repensar a consolidação a partir dos deslocamentos históricos nas representações da favela. As formas de apropriação da favela são conflitantes e evidenciam disputas nos projetos para a cidade. No campo do

simbólico, a consolidação continua sendo uma questão atual na medida em que envolve a luta pelo reconhecimento da favela para além da noção de ausência já que, neste caso, não existe possibilidade para seu futuro na cidade. Assim, este trabalho pretende investigar a favela como fenômeno da apropriação do espaço urbano carioca para repensar a consolidação das favelas como uma disputa pelos imaginários da cidade.

4 AS REPRESENTAÇÕES FUNDAMENTAIS DA FAVELA CARIOCA

Ao longo do século XX, a favela foi retratada de diversas formas por pessoas que observavam a cidade de várias perspectivas. Muitos relatos se perdem ou são de difícil acesso, mas é possível colecionar referências que contam histórias da consolidação através dos diferentes significados da favela. Existem representações fundamentais que criam a base para a disseminação dos mitos da favela como símbolo da presença do outro na cidade. Mas, de acordo com os diferentes contextos históricos e com as estratégias dos diversos grupos sociais, a favela assume múltiplas representações. Desta forma, podemos utilizar algumas das expressões veiculadas por certos grupos sociais como referências para situar ideias e práticas que convergem em propostas para a cidade. Estas representações da favela são compreendidas como perspectivas abertas que informam múltiplos olhares, mas que possuem raízes comuns no compartilhamento de vivências dentro de determinadas coletividades.

4.1. A favela como metonímia dos morros

A favela tem um mito de origem bastante conhecido: a história dos combatentes de Canudos, que voltaram da guerra com uma promessa frustrada de moradia, se estabeleceram no Morro da Providência e autodeclararam a ocupação como Morro da Favella. Queiroz Filho (2011) sustenta que a mais plausível interpretação para a substituição do nome destaca aspectos militares do cenário da guerra. A colina do Alto da Favella, situada no arraial de Belo Monte de Canudos, foi estratégica na vitória republicana. Por isso, o autor argumenta que o nome Favella era, para esses combatentes, uma metáfora da luta para enfrentar as condições em que se encontravam após a guerra, projetando uma esperança de prosperidade na capital (Queiroz Filho, 2011, p. 46).

O Morro da Providência foi rebatizado como Morro da Favella em 1897. Mas, o termo Favella só veio a se popularizar em 1902, com a publicação da obra “Os Sertões”, de Euclides da Cunha (Valladares, 2005, p. 28-36). O autor descreve a planta favela como resiliente e o Alto da Favella como ambiente hostil, significados que acabaram contribuindo na construção de um imaginário coletivo da palavra. Romulo Mattos (2021, p. 34-35) ressalta que, “por volta de 1900, a denominação Morro da Providência aparecia na grande imprensa sem alarde”. Mas, em uma das primeiras vezes que o nome Morro da Favella é mencionado na grande mídia, a favela já é explicitamente caracterizada como território de “classes perigosas” (Sêde [...], 1902).

Nas duas primeiras décadas do século XX, a localidade foi amplamente caracterizada como abrigo de criminosos (Mattos, 2021, p. 35). Porém, a narrativa de Euclides da Cunha também deu visibilidade para o Morro da Favella e o local ganhou maior protagonismo na política da cidade. Apesar das campanhas de estigmatização da Favella, ela desponta em outros imaginários coletivos como metonímia de uma situação de vida compartilhada, incluindo referências culturais e religiosas, de festas populares, além de um cotidiano marcado por ameaças de remoção e violência policial.

O Morro da Favella provocou a curiosidade de artistas e intelectuais brasileiros e estrangeiros. Muitos dos observadores externos que o visitam no início do século descrevem-no como outro estilo de vida, um outro mundo de sensações e vivências a ser descoberto. Enquanto alguns escritores e jornalistas reconhecem a Favella como “cidadela da miséria” (Valladares, 2005, p. 32-33), ela foi importante referência para a primeira geração do modernismo na busca por uma estética brasileira. Para desenvolver uma estética nacional em contraposição às teorias universalistas, eles se encarregaram de desvendar esse outro mundo, conhecer seus habitantes, seus modos de vida e sua cultura (Jacques, 2000).

Podemos considerar que a substantivação se conclui na segunda metade da década de 1920. O desfecho deste processo foi a campanha midiática liderada por José Augusto de Mattos Pimenta e pelo Rotary Club para influenciar no plano de remodelação entre 1926 e 1930. É a primeira vez que a favela é sistematicamente utilizada como termo técnico que designa locais da cidade onde deve-se remover as famílias e direcioná-las para casas populares.

A metonímia deu origem, portanto, a um neologismo: um novo substantivo comum que passava a ser utilizado para interpretar o mundo urbano carioca. Como o termo favela se tornou genérico, o Morro da Favella foi, aos poucos, voltando a ser

reconhecido como Morro da Providência. No entanto, o neologismo tomou emprestado diversas significações que se difundiram a partir da história deste local específico. Os significados da favela como problema social, como território violento, como resistência e como berço cultural estão todos, de certa maneira, relacionados com a Favela original.

4.2. A favela como metáfora do outro

O substantivo favela começa a se estabelecer a partir da década de 1920 como referência a outro mundo que despontava na cidade do Rio de Janeiro. Valladares (2005, p. 36) argumenta que, no livro de Euclides da Cunha, a dualidade sertão-litoral serviu de lente para que a favela fosse percebida em oposição à cidade. Afinal, o Alto da Favela em Canudos era uma paisagem rústica, um território de guerra e um ambiente de privação da vida social. A favela aparece como metáfora da desordem e do atraso, constituindo um perigo para a ordem social e um obstáculo para o progresso.

Andreilino Campos (2005, p. 31) ressalta que, assim como os quilombos, as favelas são estruturas espaciais que “foram e são estigmatizadas ao longo da história sócioespacial da cidade”. O autor aponta que “o favelado é considerado classe perigosa atualmente por representar o diferente, o Outro, no que se refere à ocupação do espaço urbano” (Campos, 2005, p. 63). Neste sentido, a favela pode ser compreendida como uma transmutação do espaço quilombola, na medida em que ela “representa para a sociedade republicana o mesmo que o quilombo representou para a sociedade escravocrata” (Campos, 2005, p. 63-65). Ou seja, a construção da imagem da favela como o outro também está relacionada a práticas de resistência e vivências negras na cidade.

A grande mudança estrutural que marcou o início da República brasileira foi a passagem do modo de produção colonial, baseado em mão-de-obra escravizada, para o capitalista, com trabalhadores livres. A República foi proclamada no ano seguinte à abolição da escravatura, mas não houve nenhum projeto nacional de inclusão social da população negra. Pelo contrário, o processo de libertação dos escravizados foi simultâneo à mercantilização da terra e às políticas de embranquecimento da população. Lourdes Carril (2006, p.229) afirma que, na virada para o século XX, os grandes problemas que afligiam o negro eram as precárias condições de moradia e a falta de trabalho. É importante ressaltar que, no Rio de Janeiro colonial, os escravizados constituíam “as engrenagens do universo do trabalho urbano” (Benchimol, 1992, p. 27), pois eles eram os responsáveis por praticamente todos os esforços que moviam os serviços de

infraestrutura. Foi somente depois da extinção do tráfico negreiro em 1850 que se iniciou a modernização dos sistemas urbanos e começou-se a conceber uma imagem moderna para a cidade.

Em contexto de crises sanitária e habitacional, as propostas de melhoramentos para a cidade culminaram nas reformas urbanas implementadas pelo prefeito Pereira Passos entre 1902 e 1906. Moura (1995, p. 47) ressalta que o projeto moderno definido pelas elites não contemplou as necessidades das classes populares e, com isso, acentuou a desigualdade urbana. A política do “bota-abaixo” arrasou cortiços no centro da cidade e muitos desabrigados se instalaram nas encostas dos morros próximos. A região da Pequena África, onde se situa o Morro da Providência, sofreu fortes modificações para a construção das estruturas viárias e dos armazéns que dariam suporte às atividades portuárias. Muitas moradias nos arredores do cais do porto foram derrubadas e grande parte dessas famílias majoritariamente negras se deslocou para os morros próximos ou para bairros vizinhos.

Foi na efervescência desses movimentos que marcaram o início da República na capital que as significações metafóricas da favela começam a ser forjadas. O substantivo favela foi fortemente influenciado pela cognição dos morros como outro ambiente no mundo do progresso da cidade. Nos anos 1900, enquanto eram abertas novas avenidas na cidade, como a Avenida Central e a Avenida Mem de Sá, com edifícios em estilo eclético que contavam com elementos de Art Nouveau e Art Déco inspirados na arquitetura europeia, também despontavam novas ocupações nos morros da cidade. Rafael Almeida (2016, p. 61) ressalta que, no início do século XX, eram muitas as palavras usadas para se referir aos casebres que ocupavam os morros – como rancho, mocambo, choupana, choça, cabana, tugúrio, cafua etc. As ocupações populares só passaram a ser vistas como similares após a difusão da teoria dos germes, quando passaram a ser reconhecidas como uma patologia social que deveria ser combatida para que não contaminasse a cidade (Almeida, 2016, p. 62).

A construção de um imaginário de precariedade dos morros fazia parte de leituras do processo da modernização carioca. Por um lado, os morros são vistos a partir do fim das reformas Passos como uma nova forma de moradia que substituíam os cortiços. Essas “novas” ocupações são reconhecidas na grande imprensa como ambiente inurbano, desprovido de infraestrutura e fora do alcance da regulação municipal. Por outro lado, o novo substantivo marca a forma profundamente diferente que pessoas negras e brancas vivem o início da República na capital. A favela conecta vivências de fresta em um

sistema de exclusão (Silva; Barbosa; Simão, 2020, p. 34-37), representando a ontologia de pessoas que nascem e crescem na cidade, mas que foram obrigadas a se sentir e de fato se sentem excluídas dela (James, 1984 *apud* Hall, 2003, p. 47).

Em suma, a substantivação da favela marca o estabelecimento de uma nova categoria de apropriação da cidade que tensiona sensações e experiências de alteridade no contexto universalizante da modernidade. Assim, os significados da favela iluminam a tensão entre a ordem social estabelecida e outras referências, outras percepções e outros futuros imaginados para o Rio de Janeiro.

5 AS REPRESENTAÇÕES FUNDAMENTAIS DA FAVELA CARIOCA

Ao longo dos anos, muitas representações da favela foram difundidas por diversas coletividades. A essência da palavra está atrelada às formas de coexistência na alteridade, mas os discursos moldam diferentes formas de entender a favela. Os significados que foram sendo atribuídos às favelas são retratos da reatualização das disputas e das formas de interpretar a cidade de acordo com os momentos históricos que se apresentam. Com base em autores que estudaram o desenvolvimento das favelas (VALLADARES, 2005; GONÇALVES, 2013), podemos dividi-lo em três períodos que apresentam conformações distintas nas disputas políticas. Durante esse processo, podemos pontuar algumas expressões que são simbólicas de discursos – novas representações de velhas significações. E, analisando os significados da favela que circularam nestes períodos, podemos traçar os caminhos que nos levam à situação atual e entender melhor a relação entre as representações da favela e os imaginários de futuro da cidade.

5.1 Entre favelas e morros: de 1920 a 1940

O primeiro período começa na década de 1920, com a conclusão da substantivação da palavra, e se encerra na promulgação do Código de Obras de 1937, quando as favelas são oficialmente condenadas. Por um lado, ele é caracterizado pela disseminação de discursos nas mídias hegemônicas que identificam a favela como uma patologia da cidade e buscam estabelecer diretrizes de controle social para promover a imagem do Rio de Janeiro moderno. É no contexto dos debates sobre o futuro da cidade que o neologismo favela acaba por se tornar um termo técnico.

O Plano Agache, considerado o primeiro plano diretor da cidade, incorpora a representação das favelas como patologia urbana e as define como conjunto de construções precárias que se desenvolveram principalmente nos morros. As favelas são compreendidas como territórios autônomos e de formação espontânea, “aglomerações parasitárias” que devem ser removidas (Agache, 1930, p. 20-22). Publicado em 1930, o plano apresenta uma cidade ideal sem favelas e ilustra os morros da região central da cidade como matas a serem preservadas e reservas a serem plantadas (Agache, 1930, p. 199). Esta representação da favela como “lepra da estética” (Para o Remodelamento[...], 1926), que ganhou projeção por representar os interesses da elite política carioca, teve forte influência no desfecho da substantivação da palavra. Esta narrativa situa a favela como território antiestético, anti-higiênico e antissocial, estigma dos males da cidade.

Por outro lado, também circulam na cidade representações dos morros como berço da cultura popular. Na segunda metade da década de 1920, o Carnaval desponta como principal evento cultural da cidade e seus ritmos e fantasias influenciam peças teatrais, pinturas e músicas que circulam nos espaços de elite. Os sambistas revelam outra dimensão do cotidiano da cidade, muitas vezes relacionando vivências de diferentes morros. Como o Morro da Favela é importante referência política e cultural na cidade, a favela aparece em alguns sambas como termo ambivalente, referindo-se genericamente aos morros ou especificamente à localidade da Favela (Oliveira; Marcier, 2000, p. 67). Se, por um lado, a campanha liderada por Mattos Pimenta declarava um enfrentamento à favela, por outro lado, a palavra começava a conectar significações de mundos e corpos que viviam morros e terreiros.

Seja como nome próprio ou substantivo comum, as primeiras vezes que a palavra favela é citada nos sambas estão relacionadas a questionamentos dos projetos de futuro para a cidade, no contexto do desenvolvimento do primeiro plano diretor da cidade. Depois, a decadência do projeto político que estava por trás do Plano Agache marca um novo contexto no qual o morro é reconhecido como berço do samba e símbolo da cultura popular. Apesar do substantivo favela ser pouco mencionado nos sambas até os anos 1950, posteriormente, a palavra se aproximou das significações de morro que circularam neste período. Enquanto o morro era exaltado nas letras de músicas e valorizado por certos setores da sociedade carioca, imagens estigmatizadas da favela e de seus habitantes continuaram a ser veiculadas na grande imprensa e na administração municipal.

Nas duas primeiras décadas do século XX, a sociedade brasileira se transformou, emergiram novos atores sociais e a situação política culminou na Revolução de 1930.

Getúlio Vargas assumiu como chefe provisório entre 1930 e 1934 e promoveu um novo pacto social que incluía os trabalhadores urbanos como base política. Em 1931, Vargas nomeia Pedro Ernesto como interventor da capital da República, que por sua vez notou a necessidade de mobilizar não somente a classe operária, mas também outros trabalhadores precarizados e se aproximou de associações trabalhistas e de bairros. A população dos morros era heterogênea, porém englobava boa parte das camadas urbanas mais pobres. Pedro Ernesto revoga o Plano Agache e busca estabelecer laços mais fortes com os moradores daqueles lugares que o plano havia definido como favela.

Gonçalves (2013, p. 103-104) reitera que o Código Eleitoral de 1932 aumentou consideravelmente o número de eleitores da cidade e incentivou a criação de uma rede clientelista nos subúrbios e favelas. Pedro Ernesto foi o primeiro prefeito a implantar serviços públicos nos morros, mas sua gestão não declara oficialmente a intenção de consolidar as favelas. Por um lado, a favela continuava a aparecer no ambiente da administração municipal como problema a ser resolvido via realocação dos moradores e, por outro lado, as aglomerações nos morros começavam a ser reconhecidas como bairros que tinham direito a investimentos públicos (Gonçalves, 2021, p. 71-77).

Neste período, as bases das disputas simbólicas em torno das significações da favela foram colocadas principalmente no confronto entre os termos favela e morro. As diferentes conotações que o morro e a favela assumem ilustram as contradições de políticas públicas ambíguas que proporcionam ganhos eleitorais sem oficializar compromissos com mudanças a longo prazo. De fato, os morros da cidade ganharam protagonismo no âmbito político e cultural, mas a palavra favela continuou a apontar para territórios estigmatizados pelas elites, pela grande mídia e pela administração municipal.

5.2 Entre favelas e conjuntos: de 1940 a 1980

A partir do Código de Obras de 1937, peça que condena as favelas como ocupações ilegais (Gonçalves, 2013, p. 117-120), os embates ganham novos contornos. A irregularidade e a precariedade passam a ser elementos utilizados para definir as favelas como um conjunto, substituindo a visão de aglomerações parasitárias pela percepção de ocupações irregulares. A origem das favelas passa a ser associada ao processo de industrialização carioca e à imigração de populações rurais e, com isso, as elites políticas as enxergam como um “trampolim para a cidade” (Taschner, 1986, p. 89). Elas foram oficialmente condenadas, mas o interesse em usufruir de seu capital político fez com que

os poderes públicos as tolerassem e adotassem a retórica de assistir os moradores em sua integração à cidade. Nesse contexto, a favela figura como situação provisória que deve ser superada para que a sociedade industrial se desenvolva.

No imaginário da cidade industrial, a favela desponta como símbolo da desorganização da sociedade produtiva. As favelas passam a ser ferramenta de governança da cidade do Rio de Janeiro, apontando territórios que devem ser erradicados e populações que precisam ser educadas e realocadas. Iniciam-se, portanto, grandes batalhas pela permanência das favelas, que envolvem o embate entre representações sociais do fenômeno que as retratam como desordem e marginalidade e outras que as aproximam das lutas dos trabalhadores. Neste conflito, surge também uma “terceira via” impulsionada por setores sociais que enxergam as favelas como uma coletividade abstrata definida pela situação de carência e anomia.

A partir de meados da década de 1940, muitas favelas situadas em terrenos privados dentro de bairros valorizados começaram a sofrer tentativas de remoção (Gonçalves, 2013, p. 182). Nesse período, houve uma reconfiguração das formas de mobilização social e a favela ganhou destaque como símbolo de uma luta política de trabalhadores que não possuíam a propriedade da terra onde moravam. Antes, os moradores se mobilizavam principalmente para buscar soluções pontuais de forma autônoma, como por exemplo em comissões de melhoramentos de bairro ou manifestações contra ações de remoção. Entretanto, quando a questão fundiária se agravou, uma pauta em comum cresceu entre os movimentos favelados. Nesse contexto, surge a primeira organização supralocal que utiliza a palavra favela como bandeira de um movimento social urbano: a União dos Trabalhadores Favelados (UTF) (Gonçalves, 2013, p. 153). A UTF aproximou experiências de sindicatos, associações de moradores, organizações culturais, movimentos políticos e evidenciou a representação de “trabalhadores favelados” – expressão de uma identidade com dimensões de território e classe social (Lima, 1989, p. 85).

A partir do fim do Estado Novo, em 1945, o crescimento das favelas, o fortalecimento das associações de moradores e a presença marcante do Partido Comunista foram fatores que contribuíram para que certos setores da sociedade enxergassem a favela como “perigosa proximidade espacial entre classes sociais, capaz de gerar graves tensões sociais” (Gonçalves, 2013, p. 149). A favela é vista como um foco de instabilidade social que deve ser resolvido por algum projeto político e, nos imaginários deste período

democrático brasileiro, surge uma representação das favelas como “comunidades carentes” que devem ser integradas.

Para certos setores sociais, a favela não é considerada como flagelo, pois é fruto das desigualdades estruturais, mas deve desaparecer com o tempo, como consequência de um desenvolvimento urbano mais justo. Dois importantes difusores desta perspectiva são Padre Lebrete e Dom Helder Câmara, clérigos da Igreja Católica que se aproximam pela preocupação em desenvolver uma “terceira via” ao que eles consideravam como um embate entre a demagogia política do comunismo e o autoritarismo do anticomunismo conservador. A representação da favela como “comunidade carente” está relacionada com a noção paternalista de que é preciso mobilizar os favelados para que eles se organizem na resolução de seus próprios problemas (Valladares, 2005, p. 85). Ainda que essa representação esvazie os laços de solidariedade já existentes nas favelas, ela abriu caminhos para experiências de urbanização baseadas na ajuda mútua.

Por outro lado, com o avanço de processos revolucionários na América Latina e no mundo, certos setores da sociedade carioca percebem as demandas dos movimentos favelados como pautas socialistas. As favelas são consideradas por grupos conservadores como um sintoma do subdesenvolvimento que deve ser controlado e combatido – antes que elas se revoltem e tomem a cidade. O final da década de 1950 marca a aproximação das intenções de controle social e repressão política. A infiltração de membros do Partido Comunista em certas organizações de favela contribuiu para que elas passassem a ser reconhecidas como “ocupações subversivas”, justificando uma política de erradicação violenta.

Em 1962, Carlos Lacerda dá início a um programa de remoções que se estenderia para além de seu governo e que marca a escalada das violências contra as favelas. A retórica do programa recupera a representação da favela como uma subcultura marginal, mas estende suas significações para todo um ambiente subversivo que deve ser eliminado. Em 1964, o Plano Dioxiadis implicou novamente as favelas nos debates sobre a renovação da cidade. Este plano diretor sustentava um projeto radical de transferência da população favelada para conjuntos habitacionais periféricos e imaginava uma cidade socialmente segregada em “comunidades hierarquizadas” (Rezende, 2014, p. 8). Entre 1962 e 1966, foram removidas 27 favelas do Estado da Guanabara (Oakim; Pedretti; Pestana, 2021, p. 192), a maioria delas situadas em áreas valorizadas.

A partir do golpe de 1964, em um contexto mundial de acirramento da Guerra Fria, a representação das favelas como território contrarrevolucionário ascende na mesma

medida em que se alimentam imaginários de um mundo socialista e totalitário. O regime militar utiliza a política de habitação como instrumento econômico, realizando remoções para abrir novas frentes de expansão ao mercado imobiliário e tentando inserir os reassentados no sistema financeiro como proprietários de imóveis periféricos. Em 1967, o governo federal assume a direção do programa de remoção de favelas no Rio de Janeiro e a violência das ações aumenta, seguindo o ritmo de enrijecimento da ditadura.

Entre 1967 e 1973, foram removidas 53 favelas, totalizando quase o dobro das pessoas impactadas no primeiro período do programa (Oakim; Pedretti; Pestana, 2021, p. 192). Contra os movimentos reivindicatórios, que eram considerados como “subversivos”, os agentes do Estado respondiam com sequestros e interrogatórios com a finalidade de dismantelar as mobilizações. As favelas se tornaram um dos principais alvos da violência política e o aparato repressivo era estruturado a partir de três eixos: “remoções forçadas, repressão ao associativismo e controle social” (Oakim; Pedretti; Pestana, 2021, p. 209). A representação da favela como “ocupação subversiva” está diretamente relacionada com o aumento de prisões ilegais, remoções criminosas e outras experiências de violência que passaram a fazer parte do cotidiano dos favelados.

Muito além da sistematização de uma política autoritária de remoções, o regime militar intensificou as violações cotidianas aos direitos humanos e favoreceu a futura militarização da vida nas favelas. Este momento histórico foi marcado por remoções truculentas e criminosas e pelo acirramento da violência política aos movimentos de favela. Contudo, outra particularidade deste período é que as favelas não se tornaram “ocupações subversivas” somente no imaginário das elites, pois elas efetivamente concentravam experiências de resistência na cidade. Os movimentos de favela passaram a debater ações que certamente iriam transformar radicalmente a cidade, como por exemplo a legalização das terras em modelos alternativos ao da propriedade privada absoluta (Lima, 1989, p. 149). Assim, a favela se apresentava para diferentes setores sociais como um instrumento para repensar a cidade.

5.3 Entre favelas e cidades: de 1980 até hoje

Na década de 1980, diversas mudanças sociais favorecem a permanência das favelas cariocas, dentre elas a abertura democrática do país, o restabelecimento das relações clientelistas locais, o fortalecimento dos movimentos sociais e o redirecionamento de agências multilaterais, que passaram a financiar programas de

urbanização. A conjuntura política do Rio de Janeiro inviabiliza a execução de qualquer programa de remoções, o que leva o processo de consolidação a ser introduzido nos debates do planejamento da cidade. Nesse contexto, tensionam-se futuros possíveis do que uma nova política de consolidação das favelas poderia trazer para a cidade.

Desde a década de 1960, em pleno debate das teorias do subdesenvolvimento e da dependência, a pobreza urbana na América Latina começa a ser observada a partir das desigualdades do sistema econômico global. Entre 1970 e 2000, as pesquisas acadêmicas também reforçam a visão da favela como território da pobreza (Valladares, 2005, p. 143). Muitos destes olhares enxergam a favela como a única solução encontrada pelas vítimas da desigualdade, uma solução provisória que precisa ser incorporada pela cidade para que consiga se desenvolver de forma plena. Nos ambientes de governança da cidade, onde a favela é percebida pela precariedade e irregularidade, a consolidação imaginada é o fim das favelas com a sua transformação em bairros.

As favelas não são vistas como cidade consolidada justamente porque representam a ausência dos poderes públicos, uma “cidade informal”. Esta representação é articulada tanto por aqueles que insistem no discurso de “acabar com as favelas” como por outros que as enxergam como precariedade de direitos, resumindo-as a alvos da política habitacional. Até mesmo em discursos que defendem a consolidação, a favela costuma ser considerada uma realidade que deve ser retificada para que se enquadre dentro do imaginário de uma cidade possível.

A partir dos anos 1990, a favela se estabelece como categoria da política urbana carioca que define uma área de intervenção no campo das políticas habitacionais. Na mesma década, a semântica da favela é influenciada pela emergência da “criminalidade violenta” como chave de leitura das mudanças no Rio de Janeiro (Silva, 1999). As favelas continuam a ser alvo de uma violenta política de segurança pública, cujas ações costumam ser legitimadas pela percepção delas como enclaves para o livre exercício da democracia, territórios dominados por grupos armados (Silva, 1999, p. 117). Nos anos 1990, a militarização da política nacional de guerra às drogas foi responsável por uma nova escalada da violência nas favelas.

Assim como a violência urbana, o risco ambiental está muitas vezes presente em imaginários da favela que a retratam como “área de risco”, neste caso qualificado como sanitário, geotécnico ou hidrológico. A princípio, a caracterização do “risco ambiental” deveria ter o “intuito de oferecer melhores condições de habitabilidade e segurança aos moradores”, mas, nos ambientes de governança da cidade, esta representação acaba

exercendo o papel de parecer técnico inquestionável que corrobora ações de remoção (Azevedo; Faulhaber, 2015, p. 61; Novaes; Santos Junior, 2023).

Até hoje, no imaginário de grande parte da população carioca, a favela é apropriada como ambiente de degradação e risco. Ela é entendida como alvo de intervenções para que a cidade venha a ser democrática e sustentável. A representação da “área de risco” traduz, ao mesmo tempo, a cognição de um ambiente onde se está sujeito ao perigo e o imaginário de um território que representa riscos para a cidade. Assim, a noção de “risco” ganha protagonismo em uma política que deve garantir direitos sociais aos cidadãos nas favelas – ainda que de forma autoritária. Neste imaginário da cidade, as favelas são objeto da política de segurança porque devem ser “pacificadas” e devem ser alvo de controle porque representam a “degradação ambiental”.

Por outro lado, o período de redemocratização é marcado pela forte disseminação do discurso de que a “favela é cidade”, expressão que se transforma em palavra de ordem em organizações populares. Nos anos 1990, as remoções são proibidas pelas legislações municipal e estadual do Rio de Janeiro e muitos autores relatam transformações visíveis relacionadas ao aumento da circulação de capital (Leitão, 2009, p. 38-39). A partir de 2000, a representação das favelas como mercado consumidor emergente é muitas vezes utilizada como contraponto aos olhares estigmatizantes que as enxergam como carência (FAVELA S/A, 2024). A expressão “a favela venceu” ganha destaque no cenário cultural, sendo utilizada em músicas e livros que celebram histórias individuais de superação.

Em certos discursos que circulam no Terceiro Setor e na grande mídia, a “potência” das favelas é econômica, pois elas representam um mercado que, em 2022, movimentou mais de 200 bilhões de reais (Mine, 2023). Entretanto, artistas e intelectuais do movimento negro, como Mano Brown e Sueli Carneiro (MANO A MANO, 2022), argumentam que esta ideia de vitória individual reforça o mito da mobilidade social frente a uma realidade de neoliberalismo, violência racial e desigualdade social. As capacidades de “resistência” e “resiliência” que fazem parte da imagem da favela como “potência” podem aparecer de diversas formas. Enquanto certos olhares buscam modelos exemplares a partir de casos excepcionais, outros enxergam nas favelas um conjunto de práticas e saberes coletivos que constituem um projeto radical de democracia.

Em décadas anteriores, a ideia da favela como sistema alternativo ou como experiência de resistência já circulava entre intelectuais do movimento negro e outros pesquisadores do urbano. A historiadora e militante do movimento negro, Beatriz Nascimento, foi pioneira em sua formulação ideológica do conceito de quilombo e na

busca pela sua continuidade histórica após a queda do sistema escravista. Para Beatriz, as favelas podem ser vistas como “sistemas sociais alternativos organizados pelos negros”, embora a autora considere que elas tenham perdido seu papel como “um modo eficiente de defesa contra o mundo externo” (Nascimento, 2021 [1981], p. 111).

A representação da favela como “território negro” é um retrato de sua aproximação semântica com a ideologia do quilombo, o que informa sua percepção como “diáspora dos afrodescendentes no espaço urbano carioca” (Campos, 2005, p. 66). Nos anos 2000, Andreilino Campos (2005, p. 62) sustenta que todas as teses da origem da favela que não partem da continuidade da luta do movimento negro são falhas porque elas não consideram “os ocupantes desses espaços como sujeitos responsáveis pela história sócio-espacial das cidades” (Campos, 2005, p. 66). Não se trata apenas de constatar que certos quilombos urbanos realmente se transformaram em favelas, mas de atribuir raízes ontológicas ao fenômeno social da favela carioca.

As representações da favela como “território negro” e como “potência” podem confluir na valorização de sujeitos implicados nas lutas coletivas por projetos radicais de democracia. E, como qualquer projeto democrático deve compreender a cidade em sua pluralidade (Silva *et al.*, 2009, p. 23), a “potência” da favela é epistêmica, é como uma “chave de inversão do mundo” (Santos, 2017 [1984], p. 36-37), pois abre a oportunidade de construir uma “nova definição de cidade” (Silva; Barbosa; Simão, 2020, p. 20).

A partir dos anos 2000, cresce a representação da favela como uma outra perspectiva da cidade que envolve outras experiências e outros saberes que devem ser reconhecidos e valorizados. No Rio de Janeiro, a expressão “cria de favela” sintetiza uma identidade que se constrói a partir da inserção na “dinâmica da favela” (Souza, 2017, p. 98) e pode ser considerada um conjunto de vivências e experiências adquiridas em processos de mobilização (Lima, 1989, p. 165-166). O termo “cria” revela diferentes perspectivas que existem sobre a cidade, fazendo lembrar a metáfora de Paulo Freire de que “a cabeça pensa onde os pés pisam” (Betto, 1997, p. 19).

A representação da favela como “potência” a coloca como sujeito na construção de seu próprio futuro. Por um lado, isso pode levar a percepções da favela como oportunidade de expansão do capital, em um contexto de disseminação da ideologia neoliberal. Neste caso, a “potência” da favela é econômica e as exceções são destacadas do coletivo para exaltar um mundo que é modelo de criatividade e inovação. Por outro lado, elas podem ser vistas como exemplo de lutas coletivas que têm a “capacidade de radicalizar a democracia” (Ribeiro, 2022, p. 18).

Em suma, neste período atual no qual as favelas ganham espaço nos debates sobre a cidade, elas são representadas ora como objetos de intervenção para gerir problemas relacionados à segregação urbana, ora como identidade ou representação de vivências particulares da cidade, no sentido de reconhecer uma coletividade que cria suas possibilidades de futuro – imaginando outras cidades possíveis.

6 CONCLUSÕES

A análise da favela como fenômeno da linguagem espacial da cidade nos revela que ela é um dispositivo simbólico que mobiliza diferentes significados de cidade e permite uma pluralidade de interpretações do fenômeno urbano carioca. Diferentes favelas são reconhecidas e imaginadas nas confluências de teorias e práticas que conduzem a apropriação da cidade. A favela opera na apropriação como categoria espacial que organiza o mundo urbano carioca, separando pontos de vista de pessoas que percebem e vivem a cidade de formas diferentes. Assim, ela se apresenta como categoria aberta, pois engloba as perspectivas plurais e contraditórias que existem sobre a cidade.

As disputas semânticas que atravessam a palavra são complexas e, em diferentes períodos históricos, apresentam conformações singulares porque refletem as atuações de organizações e grupos sociais que tensionam limites e possibilidades colocadas a cada momento. Mas, uma maneira de interpretar estas histórias de deslocamentos nos significados da favela é no confronto e na negociação de imaginários coletivos do Rio de Janeiro com ou sem as favelas. Assim, a consolidação pode ser pensada nas transformações das representações da favela, já que um de seus fios condutores destas histórias está nas disputas de imaginários da cidade.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. de A. Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio. **Espaço e Debates**, São Paulo, v. 14, n. 37, p. 34-46, 1994.

AGACHE, A. (Org.). **Cidade do Rio de Janeiro: extensão - remodelação - embelezamento**. Rio de Janeiro: Prefeitura do Distrito Federal; Paris: Foyer Brésilien, 1930. 324 p.

ALMEIDA, R. G. de. **Favelas do Rio de Janeiro: a geografia histórica da invenção de um espaço**. Rio de Janeiro: Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

AZEVEDO, L.; FAULHABER, L. **Remoções no Rio de Janeiro Olímpico**. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

BENCHIMOL, J. L. **Pereira Passos: um Haussmann tropical: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992. 358 p.

BETTO, F. Paulo Freire: a leitura do mundo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 3 mai. 1997. Obituário.

CAMPOS, A. **Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 210 p.

CARRIL, L. **Quilombo, favela e periferia: a longa busca da cidadania**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2006. 258p.

COMITÊ POPULAR RIO. **Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: https://comitepopulario.wordpress.com/wpcontent/uploads/2013/05/dossie_comitepopularcoparj_2013.pdf. Acesso em: 3 de outubro de 2024.

DA MATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

FAVELA S/A. “Favela é potência, não é carência”, diz Celso Athayde, da Favela Holding: as empresas precisam enxergar as oportunidades [...]. **Exame**, [S.l.], 29 nov. 2021. Disponível em: <https://exame.com/colunistas/favela-s-a/favela-epotencia-nao-e-carencia-diz-celso-athayde-da-favela-holding>. Acesso em: 3 de outubro de 2024.

FREIRE, Q. G. Favelas do Rio precisam “acabar”. **Diário do Rio**, Rio de Janeiro, 3 jun. 2021. Disponível em: <https://diariodorio.com/quintino-favelas-do-rio-precisamacabar>. Acesso em: 3 de outubro de 2024.

GARCIA, J. L. **Antropologia del territorio**. Espanhã (Madri): Taller de Ediciones Josefina Betancor, 1976.

GONÇALVES, R. S. **Favelas do Rio de Janeiro: história e direito**. Rio de Janeiro: Pallas, Ed. PUC-RIO, 2013.

GONÇALVES, R. S. E o prefeito sobe o morro: as intervenções da gestão Pedro Ernesto nas favelas cariocas. *In*: GONÇALVES, R. S.; BRUM, M.; AMOROSO, M. (Org.). **Pensando as favelas cariocas: história e questões urbanas**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Pallas, v. 1, 2021. p. 57-86.

HALL, S. Pensando a diáspora: reflexões sobre a terra no exterior. *In*: HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Organização: Liv Sovik. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, p. 25-50, 2003.

JACQUES, P. B. As Favelas do Rio, os modernistas e a influência de Blaise Cendrars. **InterFACES**, Rio de Janeiro, v. 7, p. 185-200, 2000.

JAMES, C. L. R. Africans and Afro-Caribbeans: a personal view. *Ten*, v. 8, n. 16, 1984.

LIMA, N. V. T. **O movimento de favelados do Rio de Janeiro** – políticas do Estado e lutas sociais (1954 – 1973). 1989. 177p. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, 1989.

LEITÃO, G. Reconhecendo a diversidade das favelas cariocas. *In*: SOUZA E SILVA, J de S. et al. **O que é favela, afinal?**. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, p. 36-45, 2009.

MANO A MANO: Sueli Carneiro. Entrevistada: Sueli Carneiro. Entrevistadores: Mano Brown e Semayat Oliveira. [S. l.]: **Spotify Studios**, maio de 2022. Podcast. Disponível em: open.spotify.com/episode/2eTloWb3Nrijmog0RkUnCPr. Acesso em: 9 de julho de 2024.

MARTINS, G.; BRUM, M. Da redemocratização ao Rio pós-2016: o “entulho autoritário” da ditadura foi jogado nas favelas?. *In*: GONÇALVES, R. S. et al. (Org.). **Pensando as favelas cariocas: história e questões urbanas**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Pallas, v. 1, p. 215-232, 2021.

MATTOS, R. C. O Morro da Favela como território das “classes perigosas” na Primeira República. *In*: GONÇALVES, R. S.; BRUM, M.; AMOROSO, M. (Org.). **Pensando as favelas cariocas: história e questões urbanas**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Pallas, v. 1, 2021. p. 31-56.

MINE, T. Z. A potência das favelas no Brasil: O consumo das favelas alcança [...]. **Consumidor Moderno**, São Paulo, 27 de março de 2023. Disponível em: <https://consumidormoderno.com.br/potencia-favelas-brasil>. Acesso em: 3 de outubro de 2024.

MOURA, R. **Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura. Dep. Geral de Doc. E Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1995. 178 p.

NASCIMENTO, B. Sistemas sociais alternativos organizados pelos negros: Dos quilombos às favelas. *In*: NASCIMENTO, B. **Uma história feita por mãos negras: Relações raciais, quilombos e movimentos**. Alex Ratts, (Org.). Rio de Janeiro: Zahar, 2021 [1981]. E-book. p. 103-113.

NAZARETH, M. B. F. **A favela como vivência da cidade: consolidação e imaginários das favelas do Rio de Janeiro**. 2025. 240 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e

Urbanismo) –Universidade Federal Fluminense, Escola de Arquitetura e Urbanismo, Niterói, 2024.

NOVAES, P.; SANTOS JUNIOR, O. Áreas de risco. *In*: FIOCRUZ. **Wikifavelas**. Rio de Janeiro, Instituto de Comunicação e Informação Científica em Saúde (ICICTFiocruz), 2023. Disponível em: https://wikifavelas.com.br/index.php/Áreas_de_risco. Acesso em: 3 de outubro de 2024.

OAKIM, J.; PEDRETTI, L.; PESTANA, M. M. As favelas do Rio de Janeiro e a ditadura militar: remoções forçadas, repressão ao associativismo e controle social. *In*: GONÇALVES, R. S.; BRUM, M.; AMOROSO, M. (Org.). **Pensando as favelas cariocas: história e questões urbanas**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Pallas, v. 1, 2021. p. 189-213.

OLIVEIRA, J. de S.; MARCIER, M. H. “A palavra é: favela”. *In*: ZALUAR, A.; ALVITO, M. (orgs.). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 61-114, 2006.

PARA O REMODELAMENTO do Rio de Janeiro: um plano que aponta lacunas enormes e indica os meios de corrigi-las. **O Jornal**, Rio de Janeiro, p. 5, 18 nov. 1926.

PARISSE, L. **Favelas do Rio de Janeiro** - evolução, sentido. Rio de Janeiro: CENPHA, 1969. 231 p.

QUEIROZ FILHO, A. P. de. Sobre as origens da favela. **Mercator**, Fortaleza, v. 10, n. 23, p. 33-48, set./dez. 2011.

REZENDE, V. L. F. M. Planos, regulação urbanística e intervenções no Rio de Janeiro: diferenças entre pensar e produzir a cidade. *In*: ENANPARQ (Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo), 3., 2014, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ANPARQ (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo), 2014. Disponível em: https://www.anparq.org.br/dvd-enanparq-3/htm/Artigos/ST/ST-CDR001-2_REZENDE.pdf. Acesso em: 3 de outubro de 2024.

RIBEIRO, C. (org.). **Seja Democracia: formar, organizar e agir**. Rio de Janeiro: EDUNIperiferias, 2022. 148 p.

SANTOS, C. N. F. dos. Voltando a pensar em favelas por causa das periferias. *In*: COSTA, M. de L. P. M.; SILVA, M. L. P. da (Org.). **Sementes urbanas 1**. Niterói: Eduff; Rio de Janeiro: Casa 8, 2017 [1975]. p. 159-181.

SANTOS, C. N. F. dos. Em 30 anos passou muita água sob as pontes urbanas.... *In*: COSTA, M. de L. P. M.; SILVA, M. L. P. da (Org.). **Sementes urbanas 1**. Niterói: Eduff; Rio de Janeiro: Casa 8, 2017 [1984]. p. 31-48.

SÊDE de sangue – No morro da Favella – Tres facadas. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 2, 17 set. 1902.

SILVA, L. A. M. da. Criminalidade violenta: por uma nova perspectiva de análise. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 13, p. 115-124, 1999.

SILVA, J. de S.; BARBOSA, J. L. **Favela**: alegria e dor na cidade. Rio de Janeiro: Ed. Senac Rio; Ed. [X] Brasil, 2005. 232 p.

SILVA, J. de S. *et al.* (Org.). **O que é favela, afinal?**. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009. 104 p.

SILVA, J. de S. e; BARBOSA, J. L.; SIMÃO, M. P. **A favela reinventa a cidade**. Rio de Janeiro: Mórula; EdUniperiferias, 2020.

SOUZA, R. da S. **O comum e a rua**: resistência da juventude frente à militarização da vida na Maré. 2017. 310 p. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.

TASCHER, S. P. Favelas: fatos e políticas. **Espaço e Debates**, São Paulo, v. 2, n. 6, p. 79-105, 1986.

TAVARES, R. L. D. Intenções e ações em torno dos programas UPP e Morar Carioca. **Cadernos de Desenvolvimento Fluminense**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 105-120, jul./dez. 2016.

VALLADARES, L. do P. **A invenção da favela**: do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VOGEL, A. (coord.). **Quando a rua vira casa**: A apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. 2. ed. Rio de Janeiro: Convênio IBAM/FINEP, 1981.

ZALUAR, A.; ALVITO, M. (Org.). **Um século de favela**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 370 p.

ZYLBERBERG, S. (Org.). **Morro da Providência**: memórias da “favela”. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores, bem como no que se refere ao uso de imagens.